

ROCHELE ZANDAVALI/SECOM



Novos profissionais no Litoral

Formação No final deste ano, Jassen Rodrigues Silva (foto) será o primeiro engenheiro de serviços formado pela UFRGS. Essa graduação, oferecida exclusivamente no Câmpus Litoral Norte, é uma das terminalidades do Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, que também disponibiliza as opções Engenharia de Gestão de Energia, Desenvolvimento Rural e Licenciatura em Geografia. Jassen e seus colegas

sempre estiveram envolvidos no processo de desenvolvimento e construção do bacharelado, propondo, junto com os docentes, adequações para sanar as carências que surgiam a cada semestre que avançava. O pioneirismo do curso também impõe aos alunos o desafio de se tornarem profissionais com competências ainda pouco conhecidas no mercado de trabalho. **P6 e 7**

FUTURE-SE

Educação não é produto

Análise de doutora em Filosofia sobre o Future-se critica a linguagem mercadológica da proposta do MEC. “Pensar assim a educação torna-se um investimento financeiro em que o sucesso de seu desenvolvimento fica atrelado ao valor daquilo que se produz. Sabemos que conhecimento não é produto”, alerta Magali Mendes de Menezes. **P5**

SAÚDE MENTAL

Cultura do desempenho

O adoecimento mental nas universidades é um fenômeno que envolve questões biológicas, psicológicas e socioambientais. Para Daniel Arenas, residente em Psiquiatria, e Anna Carolina de Andrade, estudante de Psicologia, um dos fatores que contribui para esse quadro é a noção de que pedir ajuda pode ser entendido como fraqueza. **P10**

SEGURANÇA

Acesso mais fácil às armas

Entre janeiro e agosto, o governo federal publicou oito decretos e encaminhou um projeto de lei à Câmara para flexibilizar a posse e o porte de armas. Enquanto armamentistas e grupos liberais clamam pela liberação, organizações pacifistas, especialistas em segurança e até órgãos públicos alertam sobre os riscos que a mudança na legislação pode trazer à população.

JOÃO CERBARO/DIVULGAÇÃO



COMPORTAMENTO

A arte no cotidiano

P3



MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

P8 e 9

Espaço da
Reitoria

Rui Vicente Oppermann
Reitor

Não há futuro sem autonomia

A recente proposta feita pelo atual Governo de um programa para as Universidades Federais (IFES), o Future-se, abre espaço para um debate que desde a promulgação da Constituição Federal, em 1988, se encontra a descoberto: a autonomia universitária. Os artigos constitucionais 206 e 207 estabelecem a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, além do princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, da gratuidade, da carreira para servidores com entrada por concurso e da gestão democrática. Enredados em debates políticos e jurídicos até hoje, não se obteve a aplicação desses preceitos, o que torna as universidades vulneráveis a ingerências, as mais diversas, sobre seu papel na sociedade. Há, porém, um consenso: “A Constituição elevou a autonomia, cerne da vida acadêmica desde os tempos medievais, à suprema condição da principal disposição acerca da educação superior”. Ao se rejeitar o Future-se, fica muito claro que a principal razão está relacionada à perda da autonomia universitária que o programa explicita e implicitamente propõe.

Certamente, não se quer uma interferência autoritária que delegue a um ente externo a gestão

das universidades públicas. É bem verdade que também é desconfortável a liberdade tutelada que até hoje perdura na relação entre as IFES e diferentes governos democráticos. As IFES têm convivido com propostas patrocinadas por sucessivos governos para sua ampliação e desenvolvimento. É inegável a importância que teve o REUNI para a expansão e inclusão nas instituições federais de ensino. Mais recentemente, o Programa Institucional de Internacionalização (CAPES-PRINT) se constituiu um plano de fomento a essa finalidade para universidades selecionadas. No passado, tivemos a Gratificação de Estímulo à Docência (GED).

Outros exemplos de autonomia sob tutela se fundamentam nas amarras legais na gestão dos recursos orçamentários e de receitas próprias e nas limitações impostas para a realização de atividades de extensão e de pesquisa. Entretanto, essas iniciativas passam ao largo da aplicação da autonomia universitária, impondo políticas de crescimento, muitas vezes dissociadas dos projetos próprios das IFES. Preocupada com essa indefinição, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

(Andifes) tem uma concepção de Lei Orgânica que contempla a autonomia universitária, uma vez que garanti-la de maneira plena é a principal forma de delegar às IFES responsabilidades que, paradoxalmente, têm justificado programas extemporâneos como o Future-se.

Com o aperfeiçoamento de gestão e governança, as universidades se capacitaram a assumir as atribuições previstas pela Constituição. Dessa forma, poderiam executar seus Planos de Desenvolvimento Institucionais de acordo com suas realidades próprias, atuando como fator de avanço regional e nacional em conjunto com a sociedade que as financia. As estruturas internas e a maturidade obtidas pelo ambiente democrático pós-1988 garantem a experiência necessária para a gestão autônoma sem que se negue a observância dos preceitos legais próprios da Administração Federal, devidamente acompanhados pelos órgãos de auditoria externa. O Brasil poderia seguir o exemplo tão decantado de universidades dos países europeus e americanos e reconhecer autonomia plena para as IFES. Esse seria o passo mais importante para o futuro das universidades como instituições públicas voltadas para o bem público.

VEM AÍ!



**Universidade:
presente!**

21. 25. OUTUBRO • CAMPUS DO VALE

arte: Rosâne Vieira

Carta aos leitores

As universidades federais seguem sob artilharia: se antes era centrada nas questões mais ligadas à pesquisa e sua validade, ou vinha na forma de frases de efeito que procuravam desconstruir o lugar simbólico dessas instituições, agora o tom mudou, e esse questionamento se tornou mais concreto.

Ainda que o tema das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) pareça se repetir em diferentes nuances e com diversas conotações, o JU, por seu lugar e por seus princípios editoriais, se vê obrigado a retomá-lo e aprofundá-lo. O que agora se apresenta a partir do Poder Executivo é o Future-se, como já abordado no *Espaço da Reitoria* da edição passada. A proposta visa estabelecer novos modos de gestão para as universidades. Mas, afinal, do que se trata? Quais suas implicações?

Para contribuir com essa reflexão, trazemos um artigo que trata do quanto, no fundo, o Future-se mexe com a própria missão do Estado em sua essência como provedor da educação e promotor do desenvolvimento nacional. Em grande medida, isso se dá pelo papel que se pretende designar a organizações sociais privadas (OS), já que viriam a ser gestoras de diversos processos do ensino, da pesquisa e da extensão nas Ifes. Em complemento a

esse tema, publicamos em nosso site um levantamento dos posicionamentos de outras universidades federais diante do projeto e uma análise da consulta pública proposta pelo Ministério da Educação (MEC).

Na contramão do questionamento com relação à relevância do sistema universitário, trazemos uma reportagem sobre o impacto do Câmpus Litoral Norte da UFRGS na região de Tramandaí, onde está instalado. Isso porque começa a estabelecer as primeiras relações com o mercado de trabalho local a partir dos primeiros egressos. Percebe-se o quanto há espaços a serem ocupados por profissionais de nível superior que possam aprimorar os processos e contribuir para o desenvolvimento da região. Ainda, sob uma ótica mais ligada ao cotidiano acadêmico, trazemos matéria sobre o quanto a UFRGS é um espaço para a circulação espontânea de diversas formas culturais por iniciativas da comunidade acadêmica.

Nessa mesma linha, um artigo reafirma o quanto o serviço público é uma esfera social essencial para a vida em coletividade. O texto discute a relação entre as competências do Estado e a capacidade de ação com investimentos sociais, além de tratar dos critérios de aferição do de-

sempenho dos servidores e da eficiência do ente público. Não à toa escolhemos para as seções *Perfil e Meu Lugar* dois servidores – Maria Noeci Nunes Moreira, aposentada, e Luis Carlos Mendes Gouveis, ativo – cujas atuações como porteiros explicitam o quanto a Universidade integra trajetórias de pessoas que a ela dedicam uma parte significativa de suas vidas e que imprimem à instituição uma marca de eficiência que não pode ser mensurada por dados estatísticos, mas por afetos.

Integram, ainda, esta edição, um artigo sobre a saúde mental da comunidade acadêmica – uma questão delicada, mas sobre a qual ainda há muito que se discutir – e uma reportagem sobre as mudanças na legislação sobre posse e porte de armas.

No *Ensaio*, o trabalho da estudante Amanda Misturini, que dispara uma reflexão correlata a um novo projeto que iniciamos neste mês, o *Esquinas – Ciclo de debates*. O evento, realizado em parceria com o Instituto Latino-americano de Estudos Avançados (ILEA), pretende reunir especialistas e plateia para debater temas da atualidade. Confira a programação em www.ufrgs.br/jornal.

Boa leitura!

UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farnuguiha,
Porto Alegre - RS | CEP 90046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor Rui Vicente Oppermann
Vice-reitora Jane Fraga Tutikian
Chefe de Gabinete João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social André Iribure Rodrigues
Vice-secretária de Comunicação Social Édina Rocha

JORNAL DA UNIVERSIDADE

Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS

Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497

E-mail: jornal@ufrgs.br

Conselho Editorial Alex Niche Teixeira, Ânia Chala, Angela Terezinha de Souza Wyse, Antonio Marcos Vieira Sanseverino, Carla Maria Dal Sasso Freitas, Cida Golin, Flávio Antônio de Souza Castro, Michèle Oberson de Souza, Ricardo Schneiders da Silva, Rosa Maria Bueno Fischer

Editor-chefe Everton Cardoso

Editora-executiva Jacira Cabral da Silveira

Editor-assistente Felipe Ewald

Repórteres Felipe Ewald e Fernanda da Costa

Projeto gráfico Juliano Bruni Pereira

Diagramação Carolina Konrath

Fotografia Flávio Dutra, Gustavo Diehl e Rochele Zandavalli

Revisão Antônio Falcetta

Bolsistas (Jornalismo) Bárbara Lima, Emerson Trindade

Acosta, Júlia Provenzi, Karoline Costa e Natalia Henkin.

Estagiários Mélani Ruppenthal

Circulação Douglas de Lima

Impressão Gráfica da UFRGS

Tiragem 10 000 exemplares

O JU não se responsabiliza pelas opiniões expressas pelos autores em artigos assinados.

[f](https://www.facebook.com/jornalufrgs) [i](https://www.instagram.com/jornalufrgs) [t](https://www.twitter.com/jornalufrgs) [jornalufrgs](http://jornalufrgs.ufrgs.br/jornal)
ufrgs.br/jornal



A arte que acontece em nós

Cultura *Manifestações espontâneas que ocorrem no ambiente universitário demonstram como a arte consegue se inserir nos espaços cotidianos*

“Acho que a arte é inescapável ao ser humano. Entendo a arte como uma tentativa de expressão da alma (ou de alguma outra coisa pra quem não acredita em alma), e é por isso que não vivemos sem ela: porque precisamos expressar o que sentimos. Além disso, a arte permite conjecturar realidades possíveis.” Essa é a opinião de Elivelto Correa, estudante de Jornalismo, cantor, escritor e organizador do Sarau da FABICO (Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS). Convivendo com arte desde que a música o ajudou a vencer a timidez e o preconceito racial na infância, Elivelto conta que a iniciativa de unir em um evento a produção artística dos seus colegas aconteceu de forma natural.

“Na faculdade, logo percebi que havia muita gente talentosa que fazia música por hobby e mesmo alguns que já começassem a trilhar uma carreira profissional. Só faltava uma organização daquele talento todo, e, quando surgiu a ideia de levantar dinheiro para ajudar a ressarcir um colega que foi roubado em uma festa da faculdade, criamos um sarau”, conta.

O evento veio no sentido de unir os talentos que já circulavam pela Universidade e incluía música, poesia, dança e performance drag queen. A produção foi tão efusiva que acabou levando à criação de um sarau paralelo, mais despojado que o original. “O sarau estava tão organizado e regado que eu quis retomar um pouco a falta de preocupação, e fiz outro. Depois até me afastei da organização, mas o evento seguiu acontecendo. Agora está em um hiato, mas temos planos de retomar”, relata. No fim, uniu-se o útil ao agradável: as apresentações oportunizaram a divulgação dos trabalhos que já existiam, incentivaram alguns artistas que nunca tinham se apresentado em público e ainda serviram de experiência para alguns alunos que descobriram o gosto por trabalhar com produção cultural.

Cotidiano – Como a maioria das profissões não lida diretamente com arte, é comum o tempo e a lógica da vida moderna deixarem em segundo plano a subjetividade do indivíduo, que tem permissão para ser produtivo, mas poucas vezes para ser criativo. Sedes administrativas, lotadas de arquivos, ofícios e trabalhadores atarefados não costumam reservar espaço para a cultura.

O prédio da reitoria da UFRGS destoa um pouco desse perfil por contar com ambientes como a sala Fahrion e a galeria Maria Lucia Cattani. Mas mesmo neste prédio que reserva espaço para arte, ainda há necessidade de expressão, e a disponibilidade de um piano no saguão de entrada mudou a ro-



Entre chegadas e saídas, o saguão da reitoria torna-se palco inesperado para músicos como Frederico

tina do local. Ação de divulgação e intervenção do projeto Unimúsica 2019, estabeleceu o saguão do prédio como local de reunião espontânea para fazer e aproveitar arte sem horário para acontecer.

Um dos músicos ocasionais é Frederico Guilherme Curtulo, que acumula as funções de secretário da Câmara de Pesquisa e da Câmara de Extensão do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Sentado ao piano no meio da tarde de um dia de semana, quebra não apenas a sua rotina, mas também a de quem transita pelo prédio. Os acordes que enchem o ambiente e não deixam indiferentes os passantes podem ser de uma tradicional música platina, como Merceditas, composição do argentino Ramón Sixto Ríos, e serem seguidos pelo pop estadunidense do sucesso I Just Called to Say I Love You, de Stevie Wonder, evidenciando a versatilidade de Frederico. Alguns passam e observam curiosos, deixando escapar um sorriso ou balançando a cabeça ao ritmo da música. Há também quem se detenha e saque o celular para fazer um registro.

A história de Fred, como é conhecido onde trabalha, é indissociável da música. Foi aluno do antigo curso de teoria musical e solfejo no Instituto de Artes da UFRGS a partir dos sete anos. De lá pra cá são mais de cinco décadas de piano, teclado, guitarra e violão. “Sou músico amador. Tenho uma banda cover de rock anos 70, mas meu sustento é aqui na UFRGS. Também toco em festas o que o cliente pedir, mas faço mais porque gosto do que por dinheiro. Minha ligação com a música é muito forte, mesmo quando me aposentar não vou parar de tocar.”

Saúde – Ter contato com a cultura em meio ao cotidiano é também

uma forma de se manter saudável, segundo avaliação de Carlos Rasch. Aluno de Teatro na UFRGS, ele participa do Programa de Educação Tutorial (PET) Conexões - Participação e Controle Social em Saúde, que reúne estudantes de diferentes cursos para trabalhar temáticas da área. A relação entre arte e saúde, embora possa não ser óbvia, é natural, acredita Carlos. “Quando falamos em cuidar da saúde, geralmente imaginamos curar doenças ou resolver algum problema. As pessoas só vão ao médico quando estão mal.

“A arte faz bem ao ser humano, é da nossa essência. Precisamos nos expressar, colocar pra fora aquilo que nos inquieta.”

Carlos Rasch

Mas cuidar a saúde também é prevenir, manter-se saudável. E a arte faz bem ao ser humano, é da nossa essência. Precisamos nos expressar, colocar pra fora aquilo que nos inquieta. É uma forma de o sujeito se relacionar consigo mesmo e com os outros; trabalhamos o estar presente no aqui e agora. E isso é muito importante em tempos de tanto estresse e ansiedade.”

Morador da Casa do Estudante Universitário (CEU), Carlos observou uma oportunidade de aproveitar a profusão de culturas do local em que vive, em junção com o trabalho no PET, para tematizar o seu trabalho de conclusão de curso: uma oficina experimental de teatro com a participação de moradores da casa. “Aqui temos muitas referências culturais e cênicas de estudantes que vêm de outros estados e de intercambistas estrangeiros. Então decidi me apropriar de um conceito de Augusto Boal, que coloca o espectador como protagonista da ação teatral, para propor essa oficina aqui na CEU.”

O projeto venceu a desconfiança do próprio autor e foi aceito pela orientadora do trabalho. “Ela disse que estamos aqui justamente para tirar a arte da caixinha, então, por que não? E é muito gratificante ver que a Universidade está legitimando uma proposta que nasce tão espontânea.” Além do resultado acadêmico, as oficinas tiveram como desdobramento a criação de uma cultura de encontros espontâneos para arte na CEU. “Às vezes as pessoas se juntam aqui com violão, declamam poesia, fazem exercícios corporais... e reúne gente que nem era da oficina.”

Em meio a um cenário de adversidades e uma lógica que insiste em repeli-la, a arte segue se reafirmando como uma constante, uma condição definidora do humano. “É um momento difícil para o artista, pois muita gente vê a arte como inútil ou vilã. O cenário é de desesperança, mas a arte sempre foi resistência e sofreu muitas censuras durante a história; no entanto, permanece aí”, conclui Carlos.

Emerson Trindade
estudante do 8.º semestre
de Jornalismo da UFRGS



CONHECENDO A UFRGS

Educação para quem?

Há cerca de 20 anos, a educação bilíngue para surdos era algo praticamente inexistente nas faculdades públicas e privadas do Rio Grande do Sul. Porém, em 1999, teve início uma série de movimentações e manifestações da comunidade surda que efervesceram o cenário educacional e político do estado, em especial a Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

No mês de abril daquele ano, o Salão de Atos da UFRGS foi palco do V Congresso Latino-americano de Educação Bilíngue para Surdos. O evento foi organizado pelo Núcleo de Pesquisas em Políticas Educacionais para Surdos, da Faculdade de Educação da UFRGS.

O congresso contribuiu com um cenário político-social favorável para o nascimento de políticas públicas para surdos. Algumas de suas iniciativas foram fundamentais para a ampliação do acesso à educação para essa comunidade.

Nesse contexto, foi elaborado o documento A Educação que Nós Surdos Queremos – um elemento balizador de toda a política pública educacional para surdos que temos hoje. Além de desmistificar o que é ser surdo, o manuscrito trata de pautas como educação, cultura, língua e profissionalização. “Colocamos essas coisas porque nós queríamos mostrar para a sociedade o que era particular nosso e o que era relevante para nós, nossas diferenças e nossa identidade”, declara Gladis Perlin, primeira estudante surda a se formar no Mestrado em Educação da Universidade no ano de 1998.

Júlia Ozorio,
estudante do 4.º de
jornalismo da UFRGS

Assista ao programa

Para saber mais sobre o V Congresso Latino-americano de Educação Bilíngue para Surdos e sobre as manifestações dos surdos na década de 90 em Porto Alegre, assista ao programa Conhecendo a UFRGS que vai ao ar no dia 24 de setembro, às 23h, na UNITV, canal 15 da NET POA.



FLÁVIO DUTRA/JU



Critérios para a reforma das carreiras do funcionalismo público

Renata Ovenhausen Albernaz *
Ariston Azevedo **

No elenco de reformas aventadas pelo governo federal está a que visa à reestruturação de carreiras do funcionalismo público, sob o argumento do enxugamento da “máquina pública” e da necessidade do aumento de sua produtividade, já que o Estado deve ser mínimo em tamanho, restrito em áreas de atuação e eficiente naquilo que faz. Essa proposta envolverá medidas como: redução no número de carreiras públicas e generalização de algumas delas; ampliação do tempo total das carreiras; redução dos salários iniciais, em conformidade ao mercado; extensão da amplitude salarial; mudanças nas regras de estabilidade; e rigorosas medidas de desempenho para o estágio probatório e a ascensão aos cargos.

O tema lida não só com direitos de servidores, mas com impactos na capacidade de ação do Estado. Afinal, para criar competências estatais são necessários investimentos sociais, e manejar a qualidade do trabalho em prol do desenvolvimento inteligente e duradouro do país é o desafio da gestão pública contemporânea. Fomentar a criação e evitar a perda de talentos públicos é crucial ao país. Qual será, então, a estratégia da proposta de Reforma das Carreiras do Funcionalismo Público do governo? Isso exige ampla discussão democrática, pois afetará a composição do corpo do Estado e, assim, sua potência de ação.

Os Planos de Carreira no serviço público são instrumentos desse manejo. Hoje, a matéria é texto constitucional (previsto no artigo 39), e a intenção desses planos é, com

a ascensão de cargos e, conseqüentemente, de remuneração, incentivar o servidor à eficiência, à produtividade e à qualidade no trabalho. Mesmo que privilégios corporativos injustos precisem ser revistos, o primeiro eixo a orientar uma reforma nas carreiras, sem violar seu fim institucional e constitucional, é ampliar a qualidade do serviço, atentando, no sistema republicano, ao reforço do critério meritocrático e às regras universalistas de acesso às oportunidades.

Mas qual é essa eficiência, produtividade e qualidade? O nível da exigência aos Estados é o que as deve definir. Eli Diniz, no texto *Governabilidade, Democracia e Reforma do Estado*, aponta que a governabilidade estatal eficiente inclui não só critérios econômicos, mas também a qualidade política – ou a forma mais ou menos democrática como o governo exerce o poder – e a qualidade social – em critérios que, além da renda, incrementem o acesso à justiça, à igualdade e aos direitos humanos. E essa governabilidade enreda a capacidade de decisão com a de implementação, já que, segundo a autora, a falência do poder público, no Brasil, decorre, justamente, de um descompasso entre a hiperatividade decisória e a impotência executiva. Contudo, eficiência específica ao domínio público, seguindo as ideias de Diniz, além de rigor técnico, incluiria o rigor democrático, ou seja, o êxito em destravar obstáculos de implementação por meio de oitiva, negociação e articulação social do Estado no consenso, consentimento e colaboração dos afetados. Aliás, deve-se investigar se tal “falência do poder público” não estaria relacionada mais ao baixo rigor democrático dos seus agentes

do que ao seu rigor técnico propriamente. Uma análise de como ambas as exigências de rigor incidem nas diferentes atribuições públicas poderia configurar um elemento a partir do qual se desenhariam os Planos de Carreira na Reforma.

Além da questão elementar das carreiras, outro ponto é o do Sistema de Carreiras Públicas, que deve seguir critérios de justiça, coordenação e eficácia. Resgatando uma análise histórica das reformas na organização de carreiras, Graeff e Cruz, no texto *A Organização de Carreiras do Poder Executivo da Administração Pública Federal Brasileira*, verificaram uma trajetória não linear que envolveu desde políticas para fortalecer um Sistema Geral das Carreiras do Executivo Federal – como foram os casos da Lei n.º 5.645/70, que aprovou o Plano de Classificação de Cargos (PCC), e da tentativa de sistematização pelo Comitê Coordenador da Reforma Administrativa, nos anos 1990 – até políticas para individualizar carreiras – como foi, a partir de 1984, a organização das “atividades típicas de Estado” (Segurança Pública, Diplomacia, Tributação, Arrecadação e Fiscalização de Tributos Federais e Contribuições Previdenciárias, Ministério Público, etc.) e das carreiras criadas, em um modelo tipicamente autárquico, pelas Agências Reguladoras, e que acabou se disseminando por outras autarquias.

A opção de um sistema mais geral objetiva melhorar a coordenação e a justiça entre as carreiras (evitando discrepâncias salariais entre atividades similares em cargos de carreiras distintas), otimizar a estrutura (minimizando a redundância de cargos) e,

com o uso de denominações mais genéricas, ampliar o poder da gestão na mobilidade dos agentes públicos e na flexibilidade de ação. Já um sistema de carreiras mais específicas reforça a especialização do serviço, e, assim, seu rigor técnico adapta a carreira aos padrões de oferta da mão de obra (atraindo mão de obra rara em carreiras atraentes) e permite a criação de carreiras exatamente adequadas à necessidade. A opção por uma ou outra orientação do sistema de carreiras, ou por uma mescla entre eles, além desses objetivos, depende de estudos sobre o serviço público, as demandas que ele deve atender e as condições atuais e futuras de sua oferta.

Não há solução trivial, pois o argumento de minimizar os custos e a máquina e, ainda, aumentar a produtividade do Estado ou é paradoxal ou exige soluções por demais sofisticadas. Diferenciar os custos que potencializam a ação estatal, e que precisam ser incrementados, dos custos que mais oneram do que rendem impactos; discutir a qualidade do Estado que se substancia na qualidade exigida (e condicionada!) do seu corpo de agentes; armar uma solução justa no Sistema de Carreiras e na relação deste com o regime dos trabalhadores do mercado são questões de fundo que exigem análises rigorosas, discussões democráticas além da capacidade dos agentes públicos que já criamos.

*Doutora em Filosofia e Teoria do Direito, professora da Escola de Administração

**Doutor em Sociologia Política, professor da Escola de Administração

Intervenção premeditada

Magali Mendes de Menezes*

Recentemente fomos surpreendidos pelo chamado Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras – Future-se. Fiquei por um tempo refletindo sobre a intencionalidade de nomear este programa de Future-se. O uso do pronome reflexivo “se” nos sugere um sujeito que realiza a ação e sofre, ao mesmo tempo, as consequências dessa ação. Há, contudo, a invisibilidade desse que faz e sofre a ação. Quem é esse sujeito que fala? Quem sofre a ação? Por que um substantivo torna-se verbo? Não é apenas um questionamento gramatical, mas a preocupação de pensar de que forma as palavras revelam e carregam intencionalidades.

O Future-se é um verbo no imperativo, uma ordem a ser cumprida, mesmo assumindo toda uma aparência “democrática” de consulta. É o “futuro” que está em questão, um pré-futuro, antecipado, que nos chega antes mesmo de ter possibilidade de ser “l’avenir” – os franceses fazem uma diferença entre “futur” e “l’avenir”. O futuro traz já sua própria destinação; o amanhã é, portanto, previsto, não dá espaço para o imprevisto, para l’avenir. Jacques Derrida se utiliza dessa distinção para pensar a presença do Outro, aquele que chega e é capaz de romper toda e qualquer previsibilidade. Podemos transportar essa reflexão para pensarmos o futuro (ou o que resta dele) das universidades públicas no Brasil.

O Programa Future-se é *futur*, antecipa o amanhã de nossas universidades públicas. Com uma linguagem profundamente mercadológica – empreendedor, organização social, gestão patrimonial, fundos de investimentos, rentabilidade das cotas dos fundos, start-ups, Sociedade de Propósito Específico, mercado –, transforma o espaço

público, que é dever do Estado, garantidor do que é público, em um terreno predisposto ao ritmo do mercado. Pensar assim a educação torna-se, então, um investimento financeiro em que o sucesso de seu desenvolvimento fica atrelado ao valor daquilo que se produz. Sabemos que conhecimento não é produto. O conhecimento que se constrói em um espaço público, como a universidade, deve retornar novamente ao público.

“O Future-se representa a fratura de qualquer amanhã; [...] da possibilidade de continuarmos acreditando em uma universidade para todos e todas, verdadeiramente pública e gratuita.”

O Future-se prevê, por exemplo, o repasse dos bens públicos a Organizações Sociais, que passam a ter o direito sobre a “gestão patrimonial dos imóveis das IFES”, assim como a “execução de planos de ensino, extensão e pesquisa”. Ou seja, essas organizações priva-

das poderiam intervir nos planos de ensino, decidindo o que deve ou não ser ensinado, ou interferir na pesquisa, ditando o que deve ou não ser pesquisado, além de determinar qual a relação que a universidade deve ter com a comunidade externa, no caso da extensão. Com isso, “vende” a ideia de que o público é mal gerido e necessita da iniciativa privada para se manter.

Em várias análises já realizadas do Programa Future-se vemos a violação de inúmeras legislações brasileiras, como a Constituição Federal de 88, em seu artigo 207, que nos diz: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Em seu início, a minuta do programa fala do fortalecimento da autonomia administrativa e financeira das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) por meio de parcerias com Organizações Sociais. A Constituição não fala em autonomia financeira, mas em autonomia da gestão financeira, pois a garantia de recursos às universidades é dever do Estado. Ao propor outro modelo de financiamento, interfere diretamente na autonomia, pois repassa a organizações privadas o direito de administrar as IFES.

Num momento em que a universidade assume de forma mais radical seu caráter público por meio de Políticas de Ações Afirmativas, destinando 50% de suas vagas a estudantes de escolas públicas, pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiências, recebemos um programa que irá frear todos esses movimentos de afirmação de sujeitos historicamente excluídos do ensino superior. Afinal, de que forma o tal “mercado” olhará para a formação daqueles/as que foram excluídos/as justamente pelo próprio

mercado? Esses sujeitos chegam à universidade com seus saberes, mundos, estéticas, racionalidades, modos de pensar e sentir o espaço acadêmico. É impossível prever que instituição se construirá desde esses encontros, mas a beleza está aí: num futuro que se constrói no próprio processo de encontro.

O Future-se representa a fratura de qualquer amanhã; é a ausência mesma do “porvir” (l’avenir), da possibilidade de continuarmos acreditando em uma universidade para todos e todas, verdadeiramente pública e gratuita. O Future-se anuncia o fim do tempo dos direitos, da livre docência, da pesquisa e extensão, e nos apresenta um futuro sem amanhã.

É fundamental neste momento pensarmos a força do que está sendo proposto, responder de forma coletiva aos ataques que esse programa representa e lutar para que a universidade continue sendo um espaço de criação e de compromisso com o tempo, que não é propriedade do mercado. Sabemos que ainda há muito por vir, mas temos que lutar pelo direito de decidir que amanhã queremos! Os sujeitos que hoje entram nas universidades chegam com novos sonhos, muitos representam os únicos de uma linhagem familiar que conseguiu chegar até o ensino superior. Eles sabem que carregarão outros, pois nunca se entra só. Quando um negro ou um indígena entra na universidade, carrega seu povo junto. É preciso que muitas gerações passem pela universidade para que, minimamente, se faça justiça social. E é em nome dessa justiça que devemos continuar lutando pelo caráter público, gratuito e democrático da universidade.

*Doutora em Filosofia, professora da Faculdade de Educação



Sessão pública do Consun Iota Salão de Atos no dia 16 de agosto e rejeita o projeto Future-se do MEC

Hora de colocar em prática

Câmpus Litoral Norte *Com formação em cursos que enfocam a pluralidade, estudantes buscam espaço no mercado de trabalho*

No final deste ano, Jassen Rodrigues Silva será o primeiro engenheiro de serviços formado pela UFRGS. Cinco anos atrás, sem muita certeza do que encontraria pela frente, chegava ao Câmpus Litoral Norte para ingressar no Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia – ou BI, para os íntimos. Natural de Tramandaí, antes de iniciar o curso, Jassen viajava três dias na semana para comparecer às aulas na Universidade Luterana do Brasil (Ulbra), em Canoas, onde cursava Engenharia Mecânica. Nessa época, gastava 200 reais por mês em transporte, além das despesas com alimentação e com a mensalidade do curso, sem contar as três horas de deslocamento entre sua casa e a faculdade. “Fiquei três anos lá, mas estava querendo trocar de curso, e pensei em ir para a UFRGS fazer Engenharia de Produção. Isso coincidiu com a abertura do câmpus aqui no litoral. Quando fiquei sabendo, fui pesquisar. Vi que a Engenharia de Serviços era bem parecida com a de produção e me inscrevi no vestibular. Então já vim bem direcionado para o curso”, relembra. A partir dessa decisão, estudando perto de casa, Jassen conseguiu se dedicar à vida acadêmica de maneira mais completa.

A escolha não foi fácil, visto

que, quando passou no vestibular, seu filho Bernardo tinha apenas 3 meses. Até começar a frequentar a creche, acompanhava os pais até na sala de aula. “Minha esposa, Caroline, também estuda aqui, ela faz Geografia. Entramos juntos, e foi bem complicado, porque eu tive que largar o emprego. Ela trabalhava a partir do meio-dia, então dava uma segurada, mas mesmo assim pesou bastante”, desabafa. No entanto, não parece se arrepender: “É difícil explicar o que é o BI e o que ele te passa, mas é transformador”.

No primeiro semestre do BI, os alunos têm uma visão geral do curso e das áreas oferecidas. Assim, podem escolher aquela com a qual mais se identificam para se direcionar durante o bacharelado e, posteriormente, seguir para uma terminalidade. Após os três anos do curso, os egressos têm a opção de realizar o reingresso de diplomado em uma das quatro terminalidades oferecidas: Engenharia de Serviços, Engenharia de Gestão de Energia, Desenvolvimento Rural ou Licenciatura em Geografia. Para Felipe Comunello, chefe do Departamento Interdisciplinar e professor do Desenvolvimento Regional, o mais interessante do BI é a inovação do ensino interdisciplinar: “Essas terminalidades têm especificidades próprias, mas existem também inter-relações que podem ser feitas a partir do Bacharelado Interdisciplinar”.

Aluna da segunda turma do BI e a primeira integrante de sua família a entrar em uma universidade federal, a osoriense Horrana Andreoli também será, em breve, uma engenheira de serviços. Ainda que não soubesse muito bem à época do ingresso o que esperar do BI, acreditava que não tinha nada a perder: estudar no Câmpus Litoral era a única maneira viável de se formar no ensino superior. Mesmo sem condições de estudar em Porto Alegre, sempre teve em mente que faria uma faculdade. “Minha mãe sempre me

incentivou. Sempre disse que não teve essa oportunidade e que ia fazer de tudo para que eu tivesse, porque é importante. Querendo ou não, conhecimento é a única coisa que fica com a gente, e ela sempre deixou isso muito claro pra mim”, relembra.

A história de Lucas Wolker é um pouco diferente. Natural de Canoas, ele reside no Litoral há mais de uma década. Por dois anos, morou em Porto Alegre, onde trabalhava em uma terceirizada da CEEE. Chegou inclusive a prestar vestibular em diferentes instituições para estudar na capital, mas quando descobriu a Engenharia de Gestão de Energia no Câmpus Litoral não teve dúvidas de que era aquilo a que queria se dedicar. “Eu sempre quis fazer um curso de Engenharia voltado para essa parte de energia, mas me interessei pela parte de gestão também. O curso é novo, mas também não é. A proposta é nova, mas as disciplinas são as mesmas do Câmpus Centro. O diferencial é mais a parte da gestão mesmo. Aqui tem o curso de energia que lá não tem, com a parte de auditorias, de regulação de mercado. Isso é o que eu acho que falta para eles... Claro que a técnica é muito importante, mas a parte da negociação, para mim, vale muito mais. Tu tem que saber todo um contexto para poder fazer as coisas de engenharia”, avalia.

Cooperação – Como se trata de um curso novo e de caráter interdisciplinar, sua dinâmica e suas diretrizes estão mais suscetíveis a mudanças. Lucas relata que ajustes foram feitos à medida que os alunos avançavam no BI, mas reconhece a importância do processo, pois foi uma oportunidade para, além dos professores, os alunos também apontarem onde identificavam lacunas. “No meio do curso, foram sendo notadas carências de algumas disciplinas. Eu, por exemplo, no oitavo semestre tive que me inscrever em uma

cadeira do segundo. No semestre passado, tivemos que fazer dois laboratórios que tinham ficado para trás”, relata.

“Uma das áreas de atuação em que eu me vejo no futuro é a parte de consultoria. Isso é muito importante na região, porque ela é voltada para o turismo.”

Horrana Andreoli

Horrana conta que, no início do BI, esteve mais envolvida com o Desenvolvimento Regional, área em que chegou a realizar pesquisa de iniciação científica. Sua opção pela Engenharia de Serviços se deu mais tarde, até porque, quando entrou, ainda não havia disciplinas dessa terminalidade. Para ela, o início dos estudos no câmpus foi uma experiência de construção do curso junto com os professores. Confessa que, no começo, discentes e docentes não sabiam como seria a graduação e a passagem para as terminalidades. No entanto, acredita que os alunos que estão entrando agora conseguem ver e entender melhor como funciona o curso.

Um dos primeiros estudantes do câmpus, Jassen faz questão de conversar com os novos universitários sobre sua experiência na

academia e os desafios de ser um profissional com competências ainda pouco conhecidas. “Até participei de algumas disciplinas que explicam cada terminalidade. Os professores me convidam pra ir, eu vou, converso com o pessoal”, conta orgulhoso. Horrana ressalta que a relação dos alunos com os docentes é de troca e cooperação: “A gente tem uma conversa muito frequente com os professores em relação aos cursos. Tipo: ‘ficou ruim esse horário’. Assim conseguimos alterar a grade”.

Para a professora e diretora-geral do Câmpus, Liane Ludwig Loder, o ambiente pequeno e com um número limitado de alunos é propício para um atendimento mais individualizado. “A gente se conhece, sabe das histórias dos alunos, então os professores têm condições de ajudá-los melhor do que a um estudante que caiu de paraquedas em uma sala de aula da Engenharia com 50 alunos”, ressalta. Para o docente Felipe, o diferencial do câmpus é o ensino interdisciplinar, para além do BI. “A área de Gestão de Energia tem estas duas dimensões: a energia e a gestão. A gestão é uma área em que as pessoas podem atuar nos mais diversos âmbitos, sejam governamentais ou privados, no setor energético, mas também na gestão que tem a interface com a Engenharia de Serviços, que é focada na economia dos serviços. E está relacionada também com a terminalidade de Desenvolvimento Regional, que forma gestores públicos”, enfatiza.

Perspectivas – Felipe aponta a importância da interdisciplinaridade em um mercado de trabalho competitivo. “Esse contexto é propício a profissionais que tenham a flexibilidade que o BI tem, que é o conhecimento em diferentes áreas”, afirma. Contudo, por ser um curso com modalidades novas, o desconhecimento da indústria para com esse profissional resulta na falta de vagas específicas. Para



FOTOS: ROCHELE ZANDANALLI/SECOM



Jassen (no alto), Lucas (à esquerda) e Horrana são alguns dos alunos pioneiros no Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia (BI), oferecido no Câmpus Litoral da UFRGS. A decisão por cursarem o BI, além das quatro terminalidades disponíveis, também levou em conta as facilidades de manterem-se perto das famílias

Liane, é uma questão de cultura, de tempo, para que se entendam e se apreendam as qualidades dessas novas áreas. “Os cursos tradicionais, como Engenharia, Direito, Medicina, estão mais na cabeça das pessoas. É difícil a gente criar essa nova cultura. Todas as instituições que têm essa modalidade do BI relatam dificuldades de as pessoas entenderem. Então não é diferente a nossa dificuldade, ainda mais aqui na região, de fazer as pessoas entenderem que é um curso com muitas possibilidades”, diz.

Tanto Engenharia de Gestão de Energia quanto Engenharia de Serviços são cursos novos. Deles, sairão profissionais com qualificações e especialidades que ainda não possuem muita demanda no mercado. Para Jassen, o empecilho maior é a falta de conhecimento das empresas sobre o que esse profissional pode fazer: “Tu identifica essa falta de profissionalismo na questão de serviços aqui do litoral, tem um campo muito grande para trabalhar, mas tu vai ter que mostrar por que isso é importante, o que eles podem desenvolver aqui. Acho que a gente vai ter que trabalhar bastante pra conseguir abrir as portas para a Engenharia de Serviços aqui no litoral”.

Horrana tem a mesma preocupação. Para ela, a falta da explo-

ração das potencialidades desses novos profissionais que estão chegando ao mercado de trabalho dificulta o ingresso dos formados. “Uma das áreas de atuação em que eu me vejo no futuro é a parte de consultoria. Isso é muito importante na região, porque ela é voltada para o turismo. Só que, mesmo assim, não utiliza todas as potencialidades de turismo que poderia. Por exemplo, em uma rede de hotéis, criar um convênio com alguma empresa de turismo, todas essas coisas um profissional da Engenharia de Serviços poderia ajudar a fazer acontecer”, explica.

Para Liane, é importante que a comunidade reconheça o método de ensino como algo inovador e que responde às demandas da região nas áreas de energia, desenvolvimento e serviços. “Estamos sempre discutindo, refletindo sobre os cursos. Estamos evoluindo e ocupando todos os espaços que a Universidade tem como missão: formação de graduação, formação de pós-graduação, extensão. Para a comunidade local nos conhecer, nos entender, para saber o que a gente está fazendo”, enfatiza.

Karoline Costa e Natalia Henkin,
estudantes do 4.º e do 8.º semestres
de Jornalismo da UFRGS

Recepção no mercado de trabalho

“O Lucas é o primeiro e por enquanto o único aluno do Câmpus Litoral Norte a estagiar na prefeitura de Imbé, mas sem dúvida a apresentação feita sobre o curso e as possibilidades de aplicação do conhecimento que ele propicia foram fundamentais para definir sua lotação”, revela Maria Luiza Morerzsohn Gonçalves Ramos, Secretária Municipal de Administração de Imbé. Lucas conseguiu uma vaga na sua área apenas no fim da graduação devido às dificuldades de conciliar os horários das disciplinas com as horas exigidas no estágio, mas, sobretudo, em função da falta de demandas específicas para a sua função: “Quando entrei, fiz um projeto para o edital de licitação das luminárias. Quando terminei, comecei a fazer a ata de preços de materiais. Essa ata já existia, só que não estava formatada de acordo com a norma. Esse trabalho é muito importante porque, na hora de comprar o material, evita que se comprem coisas erradas”.

Quando Jassen conseguiu um estágio na sua área, foi preciso mais do que descrever sua formação acadêmica. “No meu currículo, não basta ter ali que eu fiz o BI e a

Engenharia de Serviços. Tenho que anexar sempre uma explicação do que é o curso”, revela. Ele lembra que, ao se candidatar para um estágio em uma empresa em Santo Antônio da Patrulha, precisou se inscrever como engenheiro de produção e, no dia da entrevista, explicou o que era a Engenharia de Serviços e as competências que cabem a esse profissional. “Mercado para engenharia aqui no litoral é bem complicado, não tem muita oportunidade”, desabafa.

No primeiro semestre deste ano, Horrana teve a oportunidade de fazer uma consultoria para o Hotel Mares do Sul, em Tramandaí, por meio de uma parceria entre a empresa e o Câmpus Litoral Norte. Claudia Matias, funcionária do hotel, conta que os alunos fizeram projetos sobre orçamentos e viabilidade de implantações e padronização de imagem tanto de uniformes quanto da identidade visual. “Achamos bem interessante o olhar mais abrangente dos estudantes que nos visitaram. Acho importante que as empresas da região recebam os alunos durante o curso, até para entender onde o mercado pode absorver esse profissional depois de formado”, enfatiza.

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL



Armamentos apreendidos por agentes de segurança antes de serem destruídos pelo Exército Brasileiro

Política das armas

Segurança pública Após a aprovação de pautas econômicas, debate sobre a flexibilização do Estatuto do Desarmamento ganha força na Câmara e divide opiniões pelo país

Fernanda da Costa*
Mélani Ruppenthal**

Enquanto os Estados Unidos discutem leis mais duras para as armas – debate intensificado depois que dois atentados a tiros deixaram 29 mortos no mês passado no Texas e em Ohio –, o Brasil caminha a passos largos no sentido contrário. Desde o início do ano, o país convive com um vácuo de decretos presidenciais e vê projetos sobre o tema em análise na Câmara e no Senado. Uma das principais bandeiras da campanha eleitoral de Jair Bolsonaro, facilitar o armamento da população, está no centro de um debate mais profundo sobre as políticas de segurança pública da atual gestão.

Entre janeiro e agosto, a presidência publicou oito decretos e encaminhou um projeto de lei à Câmara para flexibilizar a posse – permite manter a arma em casa ou no trabalho – e o porte – autoriza a pessoa a andar armada. De um lado, armamentistas e grupos liberais clamam por um direito. De outro, organizações pacifistas, especialistas em segurança e até órgãos públicos têm alertado

sobre os riscos que a mudança na legislação pode trazer ao país.

A discussão sobre novas regras para o acesso ao armamento ganhou força na Câmara depois que a Casa aprovou pautas econômicas encaminhadas com prioridade pelo Executivo, como a Reforma da Previdência e a medida provisória chamada de MP da Liberdade Econômica. No dia 21 de agosto, o plenário aprovou por 320 votos a 61 o projeto de autoria do senador Marcos Rogério (DEM-RO) que autoriza a posse de armas de fogo em toda a extensão da propriedade rural. Antes, a lei permitia a posse apenas na sede.

Outras mudanças foram propostas pelo Executivo no Projeto de Lei n.º 3.723/19, encaminhado à Câmara em junho. Na justificativa, o ministro Onyx Lorenzoni, da Casa Civil, afirmou que a medida visa adequar “a legislação às necessidades e ao direito dos cidadãos que pretendem e estejam habilitados a possuir ou portar arma de fogo para garantir a sua legítima defesa, de seus familiares, de sua propriedade e de terceiros”. Um dos pontos mais polêmicos do projeto é a permissão para a

concessão de porte de armas a novas categorias por meio de decreto presidencial – manobra que o governo tentou no início do ano. Atualmente, o porte é permitido a categorias ligadas à segurança.

A medida também garante o porte para caçadores e colecionadores de armas e dispensa órgãos de segurança da autorização do Comando do Exército para adquirir armas de fogo de uso restrito. No parecer que leu no dia 20 de agosto, o relator do projeto, deputado Alexandre Leite (DEM-SP), retirou do texto original a possibilidade de ampliação do porte apenas por decreto presidencial. “Para não abrimos mão da prerrogativa legislativa conferida constitucionalmente ao Congresso Nacional”, explicou.

Por outro lado, o parlamentar reduziu de 25 para 21 anos a idade mínima para a aquisição de armamento e facilitou o trâmite. Pelo texto do parecer, será preciso apresentar à Polícia Federal apenas bons antecedentes e laudo psicológico. Atualmente, é preciso comprovar efetiva necessidade, capacidade técnica para o manuseio da arma por meio de curso de tiro

e aptidão psicológica por meio de um teste. Em relação ao porte, o parecer inclui novas categorias, como peritos criminais. O texto cria ainda a Licença de Porte de Arma de Fogo, um registro único de todas as armas de uma mesma pessoa.

Para a professora dos programas de pós-graduação em Sociologia e em Segurança Cidadã da UFRGS Leticia Maria Schabbach, flexibilizar a posse e o porte de armas é ir na “contramão da ciência”. Ela alerta que, embora alguns estudos relacionem leis mais liberais quanto ao armamento da população com reduções da criminalidade, a grande maioria das publicações científicas aponta que o acesso facilitado às armas tem como consequência o aumento das ocorrências de violência. “Pesquisas mostram um crescimento de 13% a 15% nos crimes violentos depois que são aplicadas leis mais liberais no tocante às armas”, afirma.

No artigo *Dossiê Armas, Crimes e Violência: o que nos dizem 61 pesquisas recentes*, Thomas Victor Conti, doutor em Economia, cientista de dados e professor do

Inspere, analisa 30 pesquisas internacionais “publicadas em bons periódicos científicos” desde 2013 que identificaram o aumento da taxa de crimes como “efeitos significativos da facilidade de acesso às armas de fogo”. Outros sete trabalhos, menciona o pesquisador no artigo, argumentam claramente a favor da hipótese “mais armas, menos crimes”, a maioria deles “envolvendo o mesmo núcleo próximo de pesquisadores: John Lott, Thomas Marvell e Carlisle Moody”.

Integrante do grupo de pesquisa Violência e Cidadania da UFRGS, que estuda os temas há mais de 20 anos, Leticia argumenta que a flexibilização do armamento é apenas “a ponta do iceberg”. “O que está por trás disso é um caos no campo da segurança pública, em que o Estado lava as mãos para que o cidadão se defenda sozinho. Tivemos 20 anos de avanços na questão da segurança, com visões mais progressistas e programas de redução das desigualdades, mas agora estamos retrocedendo para a década de 1970 em termos de políticas públicas”, avalia.



A pesquisadora destaca que, embora o desejo de segurança seja democrático, nem todos os brasileiros poderão pagar por uma arma, que custa no mínimo R\$ 3,7 mil, conforme levantamento da Agência Brasil. “Se eu vivo em um bairro de maior renda, tenho menor risco de ser vítima de homicídio do que quem vive em um bairro de renda menor. As pessoas que terão acesso às armas de fogo são as mesmas que sempre tiveram menor risco de serem assassinadas. Portanto, esse é mais um dispositivo de reprodução da desigualdade”, afirma.

Vaivém de decretos – Antes de encaminhar um projeto de lei à Câmara, o governo editou sete decretos sobre armas. Depois do PL, ainda assinou um oitavo, no dia 20 de agosto. O primeiro decreto veio sob o argumento de “dar mais clareza ao processo de posse do armamento”. “O grande problema que tínhamos na lei é a comprovação da efetiva necessidade. Isso beirava a subjetividade”, afirmou o presidente durante a cerimônia de assinatura do documento, no dia 15 de janeiro. A medida considerou como efetiva necessidade de ter posse de arma uma lista de ocupações, entre elas agentes públicos ativos e inativos das áreas de segurança pública, militares ativos e inativos, titulares ou responsáveis legais de estabelecimentos comerciais ou industriais, colecionadores de armas, atiradores e caçadores. Também entraram na lista residentes em área rural ou residentes em áreas urbanas em unidades federativas com índices anuais de mais de dez homicídios por cem mil habitantes.

O decreto também alterou o prazo de validade do documento de posse de cinco para 10 anos. Na conta do Planalto no Twitter, a presidência divulgou um vídeo explicando que a medida foi tomada “para garantir um dos mais importantes direitos do cidadão”. O argumento foi questionado pelo Instituto Sou da Paz. “Em vez de investir em políticas públicas eficientes para prevenir os crimes e a violência, querem transferir para você a responsabilidade de combater o crime”, postou a organização no Facebook.

No dia 7 de maio, mais um decreto sobre armamento foi assinado pelo presidente. A medida facilitava o porte a moradores da área rural e a uma lista de categorias profissionais, entre eles políticos em exercício de mandato, advogados, oficiais de justiça, profissionais da imprensa que atuam na cobertura policial, conselheiros tutelares, agentes de trânsito, motoristas de empresas e transportadores autônomos de cargas. A medida também classificava como de uso permitido armas que antes eram restritas às forças de segurança, como as pistolas 9mm e calibre .40, e autorizava a compra de fuzis pelos cidadãos.

Questionado na Justiça, no Congresso e pressionado por organizações não governamentais, o governo voltou atrás de alguns pontos e publicou um terceiro decreto no dia 21 de maio. Entre os recuos, estava o acesso a fuzis.

A lista de categorias cujo porte de armas foi facilitado, no entanto, aumentou, com a inclusão de guardas portuários.

Um dia depois, a Rede Sustentabilidade entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) alegando que o decreto era inconstitucional. Senador da sigla, Randolfe Rodrigues (AP) encaminhou também um Projeto de Decreto Legislativo que sustava o efeito da medida presidencial, aprovada pelo plenário da Casa no dia 18 de junho. Na justificativa, o parlamentar afirmou que o Executivo colocava em risco “a segurança de toda a sociedade e a vida das pessoas” sem amparo científico e sem respaldo do Congresso, em ato que excedia “o mero poder regulamentar”.

Uma semana depois da derrota no Senado, no dia 25 de junho, Bolsonaro assinou mais quatro decretos sobre armas – um deles revogando outro do mesmo dia. Com isso, três novos textos entraram em vigor. O primeiro deles aborda a posse, o segundo define regras para caçadores, colecionadores e atiradores e o terceiro regulamenta o porte. As medidas mostraram que o governo recuou na flexibilização do porte a categorias como advogados, caminhoneiros e jornalistas policiais, mas manteve a renovação a cada 10 anos. Também fica permitida a prática de tiro por adolescentes com mais de 14 anos com a autorização de um dos responsáveis. Antes, era necessário aval judicial.

PL das armas – Em junho, depois de o Senado ter sustado o decreto presidencial, os senadores governistas Major Olimpio (PSL-SP), Soraya Thronicke (PSL-MS), Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) e Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) protocolaram na casa o Projeto de Lei n.º 3.713, batizado de PL das Armas, que praticamente repete o conteúdo dos decretos. Na justificativa, argumentam que existe atualmente uma “verdadeira falência do Estado na segurança pública” e que 63,94% dos eleitores optaram pelo direito ao armamento no referendo de 2005, o que teria sido reafirmado com a eleição de Bolsonaro. “Uma das principais bandeiras do Presidente e acolhida pela maioria da população é a garantia à legítima defesa do cidadão”, escreveram os parlamentares. Pesquisas do Instituto Datafolha, no entanto, têm mostrado que a relação entre o resultado das eleições e a aprovação das armas não é direta. Levantamentos realizados neste ano apontaram que mais de 60% dos brasileiros defendem a proibição da posse de armas. Em abril, foram 64% dos entrevistados. Em julho, chegaram a 66%.

Para defender as armas, os parlamentares também argumentaram que a impunidade do sistema deixa os cidadãos vulneráveis. “O criminoso, além de ter fácil acesso às armas, possui a certeza de poder abordar cidadãos desarmados e desprotegidos”, escreveram. O grupo também questiona dados científicos que mostram a relação da flexibilização das armas com o aumento da violência. “Dife-

rentemente do que alegado pelos chamados desarmamentistas, reconhecer o direito de legítima defesa não fará aumentar ainda mais a violência, mas, sim, certamente, resultará em um equilíbrio nos números e na chance de defesa da sociedade”, afirmam.

Já o relator da medida, o senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE), pontua que o debate é legítimo e urgente, mas deve respeitar que o “exercício de um direito individual não se confunde com medida de combate à criminalidade ou mesmo de reforço para a atividade de Segurança Pública”, escreveu no relatório. Delegado da Polícia Civil, o parlamentar defende também que “o único caminho para reduzir os indicadores alarmantes de violência no Brasil é a adoção de uma política de Segurança Pública baseada em evidências, com garantia de financiamento adequado e com a coordenação da União, abarcando prevenção, repressão qualificada e ressocialização do encarcerado”. Fora disso, apontou no relatório, “o que temos são ações com efeito pontual ou meramente cosmético”.

Violência contra a mulher

– As propostas de flexibilização ao acesso às armas têm preocupado também profissionais que trabalham no combate à violência contra a mulher no país, o quinto no ranking mundial de feminicídios, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS). “Muitas tentativas desse tipo de crime acabam não acontecendo porque o meio não é apropriado para matar, como a força física. O maior instrumento utilizado pelo agressor é a faca; a arma de fogo está em segundo lugar. No momento em que aumentar o número de armas, temos a preocupação de que aumente o número de feminicídios, porque os estudos mostram isso”, afirma a defensora pública e dirigente do Núcleo de Defesa da Mulher da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul, Liliâne Braga Luz Oliveira.

O argumento dos armamentistas é de que as mulheres terão acesso às armas e poderão se defender dos agressores. Ao compartilhar no Twitter notícia sobre uma mulher espancada, o vereador do Rio de Janeiro e filho do presidente Carlos Bolsonaro escreveu: “Se esta senhora tivesse como se defender, e fosse de sua vontade, uma arma de fogo legal resolveria justamente esse absurdo”. A alegação é questionada por Liliâne. “A grande maioria das vítimas de violência doméstica depende financeiramente do agressor. Então, elas não terão condições de comprar uma arma. Além disso, há os casos em que as mulheres silenciam, o que é muito comum. Ela não acredita que a pessoa que ela ama vai matá-la. Se ela não consegue nem ir fazer uma denúncia, vai comprar uma arma? Esse argumento é muito falho”, afirma. Para ela, o armamento não é uma política pública de proteção à mulher, mas o investimento na rede de acolhimento seria, já que esta ainda é muito precária.

“Se eu vivo em um bairro de maior renda, tenho menor risco de ser vítima de homicídio do que quem vive em um bairro de renda menor. As pessoas que terão acesso às armas de fogo são as mesmas que sempre tiveram menor risco de serem assassinadas. Portanto, esse é mais um dispositivo de reprodução da desigualdade.”

Letícia Maria Schabbach

*Repórter

**Estudante do 4.º semestre de Jornalismo da UFRGS



Como anda a saúde mental na Universidade?

Daniel Luccas Arenas*
Anna Carolina Viduani Martinez de Andrade **

Já parou para pensar em como você tem se sentido no seu curso e na sua universidade? Tem se alimentado bem, dormido bem, praticado atividades de lazer? Está se sentindo feliz e apoiado pelos colegas, familiares e membros da comunidade acadêmica? Ou está mais para sobrecarregado, esgotado e, quem sabe, até sem tempo para ler esse texto ou falar sobre isso?

O período de formação acadêmica é comumente caracterizado como uma etapa de transição que requer alto grau de adaptação a estressores institucionais, pessoais, sociais e econômicos. Nem sempre esses estressores são ruins, uma vez que é importante para nossa formação aprendermos a passar por situações de dificuldade. Existem momentos, porém, em que esses períodos de grande estresse passam a ser um problema. Quando isso acontece?

Segundo dados da Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), a maior parte dos estudantes que ingressam no ensino superior encontra-se numa faixa etária de transição à vida adulta. Dessa forma, eles estão passando por uma fase que envolve a aquisição de maiores responsabilidades e autonomia, expectativas com o curso e com a vida, a construção da identidade pessoal, a busca por independência financeira e, em muitos casos, a formação de novos vínculos e distanciamento de casa. Soma-se a isso o fato de que, como mostram alguns estudos, essa é uma faixa etária em que sinais e sintomas relacionados ao adoecimento mental costumam ter início ou são mais percebidos/agravados em pessoas predispostas. Ou seja, o adoecimento mental dentro da universidade não é algo simples: é um fenômeno multifatorial que envolve diversas questões biológicas, psicológicas e socioambientais.

Não é de hoje que nos deparamos com assustadores dados de depressão e ansiedade – que podem chegar a até um terço dos estudantes –, assim como de estresse ou síndrome de burnout – esta última caracterizada por um processo de estresse crônico e/ou intenso, relacionado ao trabalho (ou estudo) –, de uso abusivo de substâncias ou tecnologia e até mesmo de casos de suicídio no ambiente acadêmico que causam grande impacto e comoção em toda a comunidade e familiares. O adoecimento mental não está restrito à graduação, uma vez que parece persistir e até se intensificar nos demais graus de formação. Apesar desses dados alarmantes, ainda são muitas as pessoas em sofrimento que não se sentem apoiadas pelos colegas, professores ou pela própria instituição. Esse sentimento de desamparo tem consequências muito negativas: atrasa a busca por ajuda e gera um sentimento de solidão. Soma-se a isso a ocorrência do fenômeno de estigmatização das doenças mentais, que é um dos principais entraves à busca de ajuda



e identificação precoce de sofrimento psíquico. Mas o que será que contribui para esse quadro? Além dos fatores já citados, podemos ainda identificar a cultura da performance, em que o indivíduo, perante uma extenuante pressão e carga de trabalho, acredita que deva assumir a responsabilidade integral pelos seus resultados e, por isso, constrói sua identidade baseada na ideia de produtividade. Essa cultura estimula a competitividade e inibe a cooperação, aumentando o sentimento de que pedir ajuda pode ser entendido como uma fraqueza. Outros fatores são as formas de ensino e avaliação, muitas vezes pouco sensíveis a dificuldades e fatores individuais envolvidos no processo de aprendizagem, além dos diversos tipos de assédios morais e discriminações.

Resumindo: sabemos que o estresse é uma característica adaptativa evolutiva e necessária para a adequada formação profissional. Assim, ele faz parte de toda a vida. Será que, então, se reduzirmos os estímulos e os estressores dentro da academia, não vamos ter como resultado uma queda da produtividade e formação de profissionais piores? A resposta é não. Estudos sugerem que tanto a ausência de estresse como estímulo em demasia não garantem resultados melhores, mas, sim, um declínio de produtividade.

Algumas experiências internacionais também reforçam essa hipótese: na Universidade de Saint Louis, em 2010, mudanças curriculares importantes foram feitas visando a melhorias na qualidade de vida de seus estudantes: a carga horária do curso foi reduzida em 10%, atividades de descanso, lazer e voluntárias foram incentivadas e a avaliação foi alterada apenas para “aprovado” ou “não aprovado”. Após 5 anos, os alunos apresentaram melhor qualidade de vida, menores níveis de estresse e de sintomas depressivos e melhor performance acadêmica, sem prejuízo na avaliação geral da universidade.

Levando em consideração esse cenário e buscando suscitar ainda mais a discussão sobre saúde mental e incentivar estratégias de prevenção no ambiente universitário, criamos o Pega Leve (ler matéria no site do <https://www.ufrgs.br/jornal/>), ação de extensão da UFRGS focada no estudante e que estimula seu empoderamento e autonomia. Entre as ações do projeto, organizamos palestras – exposições dialogadas sobre saúde mental do estudante universitário – baseadas em psicoeducação e combate ao estigma.

Mas, afinal, para que isso tudo agora se “sempre foi assim” e “todos passam por isso”? Realmente, já passou da hora de nos focarmos mais em evidências e trabalharmos juntos para uma mudança cultural em nossas universidades, valorizando seus pontos positivos (que são muitos!) e potencializando seu papel de espaço universal de construção de saberes, cooperações e diversidades.

*Médico residente de Psiquiatria no Hospital Psiquiátrico São Pedro

**Estudante de Psicologia e extensionista

Meu Lugar na UFRGS

Nino, o zelador da Letras

Ligo para o Instituto de Letras, no Câmpus do Vale, atrás de Luis Carlos Mendes Goveia. A pessoa do outro lado da linha hesita alguns segundos. “Ah, você quer falar com o Nino?”, pergunta. O porteiro do prédio, um dos poucos concursados – função hoje executada por terceirizados –, explica que desde criança é conhecido por Nino. “Na primeira vez em que fui homenageado pelos alunos na formatura, os professores ficaram surpresos ao saber que meu nome é Luis; todos me conhecem por Nino. “Minha avó costumava me chamar de ‘menino’ o tempo todo, e minha mãe não gostava, aí acharam melhor Nino.” Ao total, o servidor já foi homenageado quatro vezes, reconhecimento digno de sua dedicação ao instituto.

Com 35 anos de Universidade, onde iniciou como obreiro, seguindo os passos do pai, que também foi funcionário da instituição, Nino já passou por diversos setores – inclusive fez parte do grupo de desenhistas que projetava os edifícios das unidades –, mas é na Letras e como porteiro que se sente realizado. A sensação de pertencimento é percebida pela naturalidade com que usa o pronome possessivo: “É o meu prédio, são os meus alunos”.

O servidor, hoje com 53 anos, não pretende se aposentar. “Sou hiperativo”, justifica, gesticulando o tempo todo. Acorda às 6h e sai de sua casa, na vila Agrovét, bem próxima ao câmpus e onde moram vários funcionários da UFRGS. “Às 7h15 abro a porta. Se está chovendo ou fazendo frio, abro mais cedo para o conforto de todos.” A relação com os estudantes é marcada por um tom de brincadeira e amizade: “Quando chegam atrasados, eu pego no pé”. Nos dias em que está mais inspirado, anuncia falsas provas-surpresa só para ver o espanto nos corredores. “Depois, todos riem, mas, de vez em quando, é verdade”, ressalta. Durante o expediente, não é raro escutar as lamentações e os

anseios depois das provas. “Estou sempre aberto a quem quiser bater um papo”, afirma.

Para Nino, o melhor da Letras é a vista do elevador no segundo andar. “Tenho uma aluna com deficiência, já sei os horários em que ela chega, então fico esperando no andar de cima, analisando a paisagem, até ela aparecer. Aí abro a porta para ela”, conta. Ele diz que lá de cima consegue enxergar o movimento do câmpus: os alunos chegando e indo embora; as grandes árvores, secas no inverno e verdes no verão. Como um zelador de condomínio, observa cada cantinho dessa que é a sua segunda casa. “Faço a manutenção do meu prédio. Por exemplo, os alunos e professores estavam reclamando da falta de cortinas. Eu abri chamados para arrumar, só que nada aconteceu.” Aí ele mesmo pegou jornais e colocou nas janelas. “Ficou quase um ano assim; tive que dar meu jeito”, afirma. Em outra ocasião, lutou para que uma das portas do instituto fosse fechada para a segurança dos alunos. “Estou sempre alertando as gúrias para se cuidarem no câmpus, porque é perigoso. Sou meio paizão.”

Seu único arrependimento é de não ter estudado inglês. “Olha onde eu trabalho! Recebo muitos alunos estrangeiros aqui. Seria melhor se eu soubesse uma língua estrangeira.” Segundo ele, as professoras já tentaram lhe ensinar, mas Nino não conseguiu acompanhar. E é justamente a diversidade do lugar, com tantos estudantes do mundo todo, o que ele mais gosta. “Aprendi tanto! Antes de trabalhar como porteiro aqui, tinha muitos preconceitos enraizados. Hoje, vejo que tudo era besteira. A Letras me ensinou que amor é amor e que a cor das pessoas não faz diferença. O ambiente me abriu a cabeça.”

Bárbara Lima,
estudante do 8.º semestre
de Jornalismo da UFRGS

Perfil



Menina danada

Maria Noeci Aposentada da Engenharia Química sente-se rejuvenescida quando volta para uma visita

Entre o vaivém da porta principal, uma guardiã. Por quatro décadas, o Departamento de Engenharia Química da UFRGS contou com a anfitriã que se tornou parte da casa: Maria Noeci Nunes Moreira, de 73 anos, que fez da portaria do DEQUI, como é conhecido o departamento, um lugar de pousada para os visitantes.

“Para mim era igual a como se fosse dentro da minha casa. Os alunos da época em que eu comecei a trabalhar ali se formaram e foram embora para outros lugares. Fizem o que tinham que fazer fora e voltaram – e eu continuava ali. Então, todo mundo me conhece lá dentro”, relembra. Há pouco tempo, Maria Noeci sentiu que estava na hora de pendurar o crachá e se aposentar. “No dia em que eu saí, fiquei quase duas horas na porta, porque quando eu queria sair chegava outra pessoa para se despedir de mim”, conta.

Mas não só da popularidade desfrutou. A portaria também se fazia espaço sem rosto para os que passavam com pressa. “A gente se acostuma. Tem vezes que a pessoa está com tanta coisa na cabeça que nem enxerga, passa por ti e não te vê. Mas se um faz isso, têm outros quatro ou cinco que param para conversar”, relata.

Noeci, como é mais chamada, cresceu em uma cidade cerca de duas vezes o tamanho de Porto Alegre, mas 64 vezes menos povoada. Os quase 20 mil habitantes de São Jerônimo tinham que ser criativos na hora de buscar entretenimento e, segundo Noeci, eles conseguiam. “A gente dançava muito. Não tinha um final de semana que não tivesse baile em algum lugar”, relembra. Ela faz questão de deixar clara a personalidade forte de quem tem vontade de transgredir o

que é posto como norma: “Nasci para andar na rua, não para estar dentro de casa fazendo crochê ou costurando. Eu sei costurar e tudo, mas não consigo”.

O espírito livre vem desde menina, e se esforçou para triunfar mesmo em um contexto de valores morais rígidos. Ela conta que, na época de sua infância, “os pais não deixavam as meninas olharem para o lado para um rapaz. Para eles, tudo era feio”. Mas, com maestria, driblava o controle materno: “Minha mãe me mandava para o colégio e ficava no portão me cuidando até eu chegar lá. Eu já ia até com um bilhete enroladinho em uma pedrinha. Quando passava na frente da casa do menino que queria namorar, jogava para ele. Eu era muito danada”.

Quando ainda moça, migrou os 70 km que separam São Jerônimo de Porto Alegre para viver com o então marido na capital. Dos seus seis filhos, sempre conviveu com a possibilidade de ver o ciclo natural da vida invertido, com uma mãe enterrando o filho. No ano passado, por problemas no coração, aos 44 anos, um deles não resistiu. Com a partida do filho, o ninho ficou vazio, pois era também seu companheiro de todos os momentos. Ela desabafa: “O que me incomoda é isso, quando me vejo, estou sozinha dentro da minha casa. É muito ruim mesmo”. A despeito disso, ela tem vivido cada etapa de sua vida em sua intensidade: amou, casou e divorciou. “Ele não tinha jeito, não sei como eu aguentei aquele homem, meu Deus. Já morreu, está lá dando coice não sei onde (risos)”.

Quando pergunto se ela gostaria de casar de novo, uma resposta certa na ponta da língua: “Quem faz essa loucura uma vez não faz nunca mais (risos)”.

Eu não nasci para ser casada; acho que nasci adiantada. Eu deveria ter nascido bem depois, porque as minhas ideias não eram ideias das pessoas da minha idade, não eram mesmo”.

Com a aposentadoria, conheceu o marasmo pela primeira vez: “Eu pensei, meu Deus do céu, por que eu me aposentei? Eu podia ter ficado mais dois anos se quisesse, mas eu comecei a pensar: ‘eu acho que está na hora de me aposentar’. Me aposentei e depois me arrependi imensamente”. Nessas quatro décadas de trabalho, conquistou muitas amizades no DEQUI – tanto que, mesmo morando em Alvorada, cidade da grande Porto Alegre, mantém o vínculo com a agência bancária perto do antigo trabalho. Todo mês, aproveita para dar uma passadinha lá e rever os rostos conhecidos. A saudade de quem tinha um lugar de pertencimento que, “para mim, cada vez que eu vou lá parece que eu fico mais jovem. Eu entro ali e parece que melhorou a minha vida de novo (risos)”.

Quantas pessoas podem estufar o peito ao ver o trajeto da sua vida? Sem pestanejar, Maria Noeci fala em alto e bom som que “se eu voltasse a nascer outra vez, eu ia escolher a mesma vida de novo”. Aos 73 anos, viu sua geração chegar até os bisnetos e conta que eles são como reviver o passado. E mesmo com tantas tentativas de definições de grandes pensadores e filósofos sobre o tema, ela tem a sua própria: “A vida é tudo. Sem a vida, o que nós somos? Um resto, um nada, uma sobra. A gente tem que segurar a vida”.

Mélani Ruppenthal,
estudante do 4.º semestre
de Jornalismo da UFRGS



Esta coluna é uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas serão exibidos no Canal 15 da NET diariamente às 20h e às 23h.

Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para jornal@ufrgs.br e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local



Esquina

TEXTO **EVERTON CARDOSO**
FOTOS **AMANDA MISTURINI SIEVERING**

O andar pela cidade, de modo geral e sobretudo nas metrópoles, nos impõe um passo acelerado. Mas, mesmo na ambiência dominada pelo concreto e pelo asfalto, há momentos em que a relação espaço-tempo se alarga em razão da própria dinâmica do urbano. Talvez a maior imposição nesse sentido sejam os cruzamentos.

A luz vermelha assinala uma necessária pausa, e não são poucos os ansiosos com isso. Esse é, sem dúvida, um momento de potência da urbanidade. Na calçada, acumulam-se os transeuntes e daí decorrem os mais inusitados encontros: conhecidos, desafetos e mesmo estranhos se veem obrigados a socializar - mesmo que se ignorando uns aos outros. Nos veículos, o momento de ensimesmar-se ou de distrair-se.

Uma esquina também é lugar de visibilidade, mas muitas vezes num modo de exposição que tem muito de subversão: é lugar de pedinte, vendedor, lavador de para-brisas, malabarista, prostituto ou prostituta e despacho. É, pois, um retrato importante dos esquecimentos e apagamentos tão em voga neste assustador hoje que vivemos: as hierarquias sociais, a vulnerabilidade, o trabalho, a arte, o empoderamento, as questões de gênero, o racismo e a liberdade religiosa estão aí postos cotidianamente diante de nós - e mesmo que não nos deparemos com eles, seguem em nosso imaginário sobre esses espaços da urbe que estão tão presentes na cultura brasileira.

Em sua forma, a junção das quatro esquinas é metáfora dos crucifixos dos espaços religiosos, do grupo de estrelas dos símbolos nacionais ou dos cruzeiros e cruzados que por tanto tempo vigeram como moeda corrente. Neutralidade e laicidade da pátria única que nada! Mais esquinas, mais paradas, mais surpresas, mais subversão, por favor.

EVERTON CARDOSO É JORNALISTA, CRÍTICO CULTURAL E PROFESSOR UNIVERSITÁRIO. **AMANDA MISTURINI SIEVERING** É ESTUDANTE DO 4.º SEMESTRE DO CURSO DE ARTES VISUAIS DO INSTITUTO DE ARTES DA UFRGS.